

Especialistas aprovam Orçamento para 2000

Problemas políticos fazem com que o mercado acabe não reagindo à redução da taxa de câmbio

Maria Luiza Abbott

• BRASÍLIA. Os analistas receberam bem a proposta de Orçamento para 2000, embora o mercado não tenha reagido com a redução da taxa de câmbio, como esperava a equipe econômica. O ceticismo domina, segundo os especialistas, porque o quadro político não mudou. Há dúvidas sobre a aprovação do aumento de impostos e sobre a capacidade política do Governo de resistir às pressões por mais gastos e garantir que as reformas continuem.

— O Governo passou uma visão de que foi realista na preparação do Orçamento, mas persiste a intranquilidade política. A pauta do Congresso continua trancada pela polêmica dos ruralistas, há pressões por um alívio de dívidas para os estados e não há um quadro claro sobre as votações da nova Previdência, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da reforma tributária — diz Carlos Kawall, economista-chefe do Citibank.

Novas medidas exigem apoio da base governista

A transparência da receita e das despesas no Orçamento permitiu que os analistas concluíssem que a proposta é consistente, segundo Fábio Gambiagi, especialista em contas públicas. O problema, segundo ele, é que, as novas medidas — a prorrogação do aumento de Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido — aumentaram a pauta do Congresso e, portanto, a necessidade de apoio político.

Apesar da boa receptivida-

de, o dólar subiu ontem. E isso mostra — segundo Carlos Guzzo, diretor do Banco Boa Vista — que a boa notícia já estava no preço do mercado, que agora quer ver manifestações claras de que o Congresso vai aprovar as medidas de ajuste fiscal.

Dúvidas sobre a capacidade do Governo de conter gastos

Outra dúvida é sobre a capacidade do Governo de manter o arrocho nas despesas. Afinal, apesar das novas medidas, os gastos com custeio e investimentos, incluindo saúde e educação, tiveram um aumento pequeno ou praticamente nenhum, se comparados com a parcela do Produto Interno Bruto (PIB) que será destinada a essas áreas.

— Serão dois anos em que os ministérios estarão sendo tratados a pão e água. Será que o Governo vai resistir às pressões por mais gastos de seus aliados e dos próprios ministros em ano eleitoral? — pergunta o ex-ministro Maílson da Nóbrega, da Tendências Consultoria.

Os parâmetros para a elaboração do Orçamento também provocam dúvidas. O economista Michael Gartenkraut, da Rosenberg Associados, observa que o aumento de impostos e os juros ainda altos deste ano são medidas recessivas. Portanto, para ele, o crescimento de 4% previsto para 2000, embora medíocre, pode não se realizar. Para Maílson, taxa de juros de 13,5% ao ano é incompatível com inflação de 6% para 2000. Se esses juros forem para valer, observa, a inflação será maior e pode haver fuga de capitais. ■